



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Políticas públicas de educação a jovens e adultos, análise do monitoramento e avaliação da Meta 07 do PNE/2014-2024, com foco no PME/2014-2024 do Município de Itororó-BA

LAISA PAIVA FERREIRA¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

JAINNE SANTOS PEREIRA²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA /UESB

Resumo

O estudo busca compreender a Meta 07 do Plano Nacional de Educação (PNE) entre 2014 e 2024, e as estratégias desenvolvidas no Plano Municipal de Educação (PME) entre 2015 e 2024. O objetivo é verificar o cumprimento das Metas Educacionais e identificar os desafios enfrentados pelo município, destacando os aspectos relacionados às políticas públicas a respeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A metodologia utilizada inclui uma análise qualitativa, e os dados foram coletados por meio de uma entrevista com a coordenadora do PME do Município de Itororó que também atua como professora da modalidade de Educação para Jovens e Adultos. Os autores que sustentam os principais conceitos deste estudo são: Aranda (2020), Militão (2020), Rodrigues (2020), Libâneo (2009), e Paulo Freire (2006). O artigo conclui identificando a existência dos relatórios de monitoramento e avaliação, porém, a ausência de parceria efetiva com outras secretarias do município dificulta a garantia da melhoria no cumprimento das Metas.

Palavras-chave: Política Públicas Educacionais. EJA. Monitoramento.

Introdução

O presente estudo busca compreender a Meta 07 do Plano Nacional de Educação (PNE) entre 2014 e 2024, e as estratégias desenvolvidas no Plano Municipal de Educação (PME) entre 2015 e 2024. O objetivo é verificar o cumprimento das Metas Educacionais e identificar os possíveis desafios enfrentados pelo município, destacando os aspectos relacionados às políticas públicas a respeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Plano é instituído pela Lei nº 13.005/2014 de 24 de junho de 2014, no qual determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes Planos de Educação ou adequar os planos já aprovados em lei, em

¹ Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Email: laisapaiva002@gmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Email: jainepereira2010@gmail.com



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

consonância com as diretrizes, Metas e estratégias previstas no PNE, como cita o PME de Itororó.

A Meta 07 do PME visa garantir a melhoria da qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, priorizando o avanço da aprendizagem dos estudantes e a elevação dos Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para alcançar esses objetivos, são propostas ações voltadas ao aperfeiçoamento do fluxo escolar³, à formação continuada dos profissionais da educação, ao fortalecimento da gestão escolar e à redução das desigualdades entre as unidades de ensino, promovendo uma educação mais equitativa e eficaz.

Nesse âmbito, a política educacional voltada à EJA assume papel essencial, tanto para reparar dívidas sociais históricas quanto para ampliar as oportunidades de inclusão e igualdade. Por esse motivo, é necessário adotar políticas de incentivo às escolas, elevar o desempenho dos estudantes jovens e adultos, regular de forma adequada a oferta dessa modalidade de ensino e promover a articulação entre os programas educacionais existentes no âmbito local.

A justificativa para a realização deste estudo se configura pela necessidade de assegurar o acesso à educação de qualidade para a formação dos Jovens e Adultos presentes no município de Itororó. De acordo ao PME alguns dos motivos que levam os jovens e adultos a retornarem à escola, a fim de promover a alfabetização são as expectativas de conseguir um emprego melhor, e outros aspectos, como:

[...] à vontade mais ampla de “entender melhor as coisas”, “se expressar melhor”, de “ser gente”, de “não depender sempre dos outros”, por isso a taxa de jovens maiores de 25 anos em busca de um aperfeiçoamento e ingresso na rede educacional, ainda que tardio, para suprir a sua evasão temporária, vem aumentando gradativamente (PME, 2015, p 94).

A revisão da literatura reforça a importância de políticas públicas educacionais, participativas e socialmente atendidas, para assegurar o direito à educação enquanto ato político e prática libertadora.

³ O fluxo escolar refere-se ao trajeto percorrido pelos estudantes ao longo das diferentes etapas da escolarização, levando em conta o tempo previsto para a conclusão de cada ano ou ciclo. Esse conceito permite analisar se os alunos progredem, repetem ou abandonam a escola, possibilitando a identificação de eventuais irregularidades no processo educacional.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

O plano municipal de educação e a elaboração dos relatórios de monitoramento e avaliação

Neste tópico, analisaremos a importância da existência dos relatórios de monitoramento e avaliação referente a Meta 07 destinada às modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos no município de Itororó. Conforme o PME, a primeira avaliação seria realizada durante o segundo ano de vigência da lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes.

A identificação da necessidade de processos específicos para atender esse público, bem como a disponibilização de recursos para o financiamento dessa política, não são suficientes, por si só, para que a EJA seja efetivamente priorizada na agenda das políticas públicas educacionais. Na prática, observa-se que as ações voltadas à escolarização de jovens e adultos surgem como respostas a defasagens históricas. Como consequência, essa modalidade de ensino acaba sendo constantemente marginalizada e tratada como secundária dentro do sistema educacional.

Di Pierro (2010), reforça essa questão ao narrar que a educação foi caracterizada pela relativização dos direitos educativos de jovens e adultos nos âmbitos cultural, jurídico e político. Com isso houve uma descentralização da questão e uma marginalização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas políticas públicas do país.

Ainda que conquistas e avanços sejam inegáveis no que tange à EJA, as normas seguem sendo programáticas, pois ainda persistem distanciamentos entre o planejado e o realizado; basta vermos as relações com os dados da realidade. Na impossibilidade de neste momento trazer mais dados que se relacionem com o cumprimento das metas definidas, algumas pistas foram indicadas, especialmente no que tange ao não cumprimento da meta de erradicação do analfabetismo absoluto e à EJA integrada a educação profissional. Somado a isso, contraditoriamente, vale destacar o fechamento de turmas e escolas que oferecem a EJA e, conseqüentemente, a redução de matrículas (Di Pierro, 2022).

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, 20,2% dos jovens entre 14 e 29 anos não concluíram a Educação Básica, sendo que, desse total, 71,7% são negros (pretos e pardos). No que se refere ao analfabetismo, o país ainda contabiliza cerca de 11 milhões de pessoas que não dominam plenamente a leitura e a escrita. Esses números evidenciam as limitações do sistema educacional em atender adequadamente esse



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

público, contribuindo para o esvaziamento das escolas e, conseqüentemente, para os elevados índices de evasão nos programas de Educação de Jovens e Adultos

Diante desse cenário, o Conselho Municipal de Educação (CME) e o Fórum Municipal de Educação (FME) torna-se ainda mais relevante, cabe a esses órgãos acompanharem a execução do plano e o cumprimento de suas metas. Além disso, é responsabilidade desses espaços promover a Conferência Municipal de Educação, que deve ocorrer a cada quatro anos, com o objetivo de avaliar o andamento do PME e contribuir com subsídios para o aprimoramento do PNE;

Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das Metas previstas no PME. As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados (PME, 2015, p 188).

Em seguida, conforme, Scaff, Oliveira e Aranda (2018), é necessário enfatizar que a participação social na elaboração do PME é um princípio essencial para assegurar que as políticas educacionais sejam mais justas e alinhada as necessidades reais da comunidade e que não deve ser vista apenas como uma exigência legal. É preciso que gestores, educadores e a sociedade civil trabalhem juntos para promover o acesso educação de qualidade.

Considerando esse cenário, é essencial destacar a importância da elaboração dos relatórios do PME, uma vez que são esses documentos que oferecem ao município uma base concreta sobre os avanços obtidos e os desafios ainda existentes no cumprimento das estratégias e metas estabelecidas. Esses relatórios desempenham um papel central no fortalecimento e no alinhamento das políticas educacionais locais, possibilitando a construção de um diagnóstico preciso, capaz de contribuir nas tomadas de decisão mais eficazes e fundamentadas no campo da educação.

De acordo com Aranda, Rodrigues e Militão (2020), um dos principais objetivos de acompanhamento e da avaliação de um planejamento é identificar eventuais lacunas, possibilitando a proposição de soluções, a realização dos ajustes necessários e, conseqüentemente, o pleno alcance dos objetivos estabelecidos. Esse processo é fundamental para garantir que o planejamento não se torne um documento estático, mas sim uma ferramenta dinâmica, capaz de se adaptar às mudanças e às necessidades reais ao longo do tempo.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Nesse contexto, a ausência de mecanismos de avaliação periódica, bem como a inexistência de práticas avaliativas sistemáticas, compromete diretamente a eficácia de uma política pública. A avaliação contínua é, portanto, fundamental para repensar, reorganizar e reestruturar ações e estratégias. É com base nessa compreensão que o PNE, em seu artigo 5º, determina a obrigatoriedade do monitoramento constante e da avaliação periódica de suas metas e diretrizes.

Ainda com base em Aranda, Rodrigues e Militão (2020), persiste uma fragilidade nos processos de monitoramento e avaliação, o que compromete a organização das ações e dificulta a efetiva participação social. Essa ausência impede que tanto a população quanto o próprio município acompanhem de forma adequada a implementação das estratégias previstas.

Válido ressaltar que Libâneo (2009) defende que as escolas existem para que os alunos aprendam conceitos, teorias; desenvolvam capacidades e habilidades de pensamento; formem atitudes e valores e se realizem como profissionais-cidadãos. Por essa razão, a educação não pode se restringir a uma lógica tecnicista, que desconsidera os processos formativos do indivíduo e o papel social da escola como espaço de desenvolvimento humano, crítico e democrático.

E ao encontro a essa visão, o PME de Itororó destaca como preocupação:

[...] uma das principais preocupações pedagógicas é garantir um ensino inclusivo, onde os problemas sociais, políticos e econômicos do país estejam bem justificados na elaboração dos projetos e aulas, tratando as questões da vida humana com responsabilidade e levando o alunado a se preocupar com questões como: sustentabilidade, mudanças de comportamentos, etnia, respeito às diversidades entre outras propostas. (PME,2015, p.96).

Ao identificar a escola como espaço de produção do conhecimento se inicia várias discussões em relação a sua qualidade e o papel central na organização das desigualdades sociais, especialmente no contexto atual, em que habilidades cognitivas básicas são desenvolvidas.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2000), o acesso ao conhecimento tem sido historicamente um fator determinante na estratificação social, sobretudo diante das novas demandas intelectuais da sociedade contemporânea.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Em síntese, esse cenário evidencia a importância de um acompanhamento contínuo para o cumprimento das Metas e estratégias previstas no PME, bem como a elaboração dos relatórios bianuais que são essenciais para a obter um diagnóstico preciso da realidade educacional local. Lindblom (1959 apud Baptista; Rezende, 2024, p. 140) afirma que “[...] processo político e decisório é um processo interativo e complexo, sem início ou fim.” ou seja, reforça a ideia de que as políticas educacionais não se esgotam na sua formulação inicial, mas se transformam constantemente conforme os contextos sociais.

Metodologia

A metodologia utilizada inclui uma abordagem qualitativa, por buscar compreender com os processos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), a partir da perspectiva da coordenadora do PNE do Município de Itororó-BA. Segundo Collet e Rozendo (2001), os métodos qualitativos possibilitam conhecer e interpretar fenômenos em contextos específicos, superando os limites das abordagens das ciências ao considerar a realidade social em seu próprio contexto.

A pesquisa foi desenvolvida como parte das atividades do componente curricular “Políticas Públicas da Educação” ofertada aos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Itapetinga. Para a construção dos dados foi utilizada um questionário voltado a coordenadora do PME do Município de Itororó que também atua como professora da modalidade de Educação a Jovens e Adultos.

O questionário, composto por perguntas elaboradas com questões abertas que partiram de duas bases: análise do monitoramento e avaliação das estratégias do PME no que se refere a Meta 07 e os desafios para efetivação dessa Meta. O questionário conteve 13 (treze) perguntas a serem feitas, intercalando entre respostas longas e curtas. Com objetivo de esclarecer como são realizadas as atividades de monitoramento e avaliação, a existência dos relatórios bianuais do PME, e a percepção da coordenadora em relação a estratégias do PME destinada a EJA. Essa análise proporcionará uma base abrangente do Plano Municipal de Educação, auxiliando a compreensão da importância dos relatórios para a modalidade de Educação a Jovens e Adultos.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Resultado e discussão

A pesquisa identificou o funcionamento das políticas de monitoramento e avaliação do PME de Itororó-BA, a existência de instrumentos formais para esse fim, e os principais desafios enfrentados na execução das estratégias previstas. A análise das respostas indica que, segundo a coordenadora, o município tem buscado avanços na elevação da qualidade da educação, alinhando-se aos parâmetros nacionais de avaliação e que a participação social na elaboração do Plano se desenvolve com a inclusão de representantes da sociedade civil organizada, como membros da Secretaria Municipal de Educação, do Legislativo, do Conselho Tutelar e de escolas públicas e privadas.

Contudo, um ponto crítico observado de acordo com o questionário é a ausência de dados que validem os avanços mencionados. Não foram fornecidos indicadores de desempenho educacional, nem comparativos entre ciclos de avaliação ou dados sobre investimentos em formação docente. Essa lacuna limita a capacidade de análise objetiva sobre a eficácia das ações implementadas.

Para Aranda, Rodrigues e Militão (2020) a avaliação periódica de uma política pública é fundamental porque permite analisar o que está funcionando e o que precisa ser ajustado. Esse processo ajuda a repensar estratégias, reorganizar ações e reestruturar as políticas. É por isso que é considerada tão importante, pois, sem ela, não há como melhorar ou corrigir os rumos de uma política pública.

No que tange às políticas de monitoramento e avaliação, reconheceu que o município conta com uma Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA), que opera por meio de mecanismos institucionais, como termos de adesão, decretos, portarias e o Fórum Municipal de Educação. A existência de relatórios de monitoramento e avaliação nos anos de 2017, 2019, 2021 e 2023 demonstra um esforço periódico de acompanhamento, ainda que a veracidade desses documentos não tenha sido detalhada.

Em relação a elaboração do relatório final do decênio, segundo a coordenadora ele vem sendo elaborado e pode ser acessado na Secretaria Municipal de Educação, o que demonstra um nível de transparência institucional. Com isso, apesar das iniciativas, os dados revelam dificuldades para a plena implementação das estratégias do PME. Entre os principais



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

entraves apontados estão a baixa participação da comunidade, a carência de parcerias entre a secretarias do município e a escassez de recursos financeiros.

Nessa perspectiva, Aranda, Rodrigues e Militão (2020) defendem que o engajamento ativo da sociedade civil é fundamental para a eficácia dos planos educacionais. Assim, os fatores apresentados pela coordenadora comprometem o alcance das metas e fragilizam os processos de monitoramento e avaliação, tornando-os menos efetivos.

Por fim, a coordenadora reiterou a importância da educação como pilar de transformação social e defendeu a continuidade do monitoramento das metas como ferramenta essencial para a correção de rumos e aprimoramento das políticas públicas educacionais

Sob essa perspectiva, é importante mencionar que Paulo Freire (2006), afirma que a educação deve ser um instrumento de mudança social, mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Ou seja, deve-se reconhecer o direito de uma educação de qualidade que perpassa pelo reconhecimento de igualdade a todo e qualquer ser humano, e ofereça possibilidades e meios pelos quais os alunos possam aprender como sujeitos e não como objetos.

Considerações finais

Este artigo reforça a importância das políticas públicas de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Itororó para garantir uma educação de qualidade, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A análise da concretização da Meta 07 amplia a compreensão dos ajustes necessários para seu cumprimento, contribuindo para o aprimoramento das políticas educacionais locais.

A pesquisa contou com dados relevantes fornecidos pela coordenadora do PME, que esclareceu aspectos fundamentais como a elaboração dos relatórios bianuais, a atuação da comissão de monitoramento e avaliação, e a participação social na construção do plano. Essas informações foram valiosas para compreender o contexto educacional do município.

Entretanto, a pesquisa identificou limitações, especialmente a ausência de parcerias efetivas entre secretarias municipais, o que compromete a implementação integrada das metas e estratégias do PME. Essa falta de articulação dificulta a identificação das lacunas e o aprimoramento das ações educacionais, impactando diretamente a qualidade do ensino,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

inclusive na EJA.

Sugere-se, portanto, que futuras pesquisas explorem estratégias para melhorar a comunicação intersetorial entre os órgãos municipais, visando fortalecer o monitoramento, a elaboração de dados educacionais e as práticas pedagógicas. Além disso, é importante investigar o papel do financiamento educacional como base para a universalização e a qualidade do ensino, destacando a necessidade de articulação da Secretaria de Educação com outras secretarias para garantir condições adequadas à manutenção dos relatórios e à melhoria contínua da educação.

Em resumo, o estudo contribui ao evidenciar o compromisso do município com o monitoramento do PME, mas ressalta que a falta de colaboração entre as secretarias ainda representa um desafio significativo para o cumprimento das metas educacionais.

Referências

ARANDA, M. A. de M.; RODRIGUES, E. S. de S.; MILITÃO, S. C. N. Monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação: a produção do conhecimento no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69767, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/46d73Yqp37FbZtFzdbCMrgL/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BAHIA. Lei nº 1.275, de 22 de junho de 2015. **Plano Municipal de Educação: Itororó – BA**, 2015.

BRASIL. **Participação da sociedade civil em planos municipais de educação**. 2023.

Disponível em:

<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2023/PlanosDecenaisDeEducao-01-02-23-.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

FREITAS, R.; LIBÂNEO, J. C. **Políticas educacionais baseadas em resultados: a visão de professores e gestores sobre a reforma educacional no estado de Goiás**. [S. l.], [201-?].

Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Políticas_Educacionais_Neoliberais_e_Escola_Publica_-_uma_qualidade_restrita_de_educacao_escolar.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). A educação de jovens e adultos: uma porta de reingresso no sistema educacional. **Entrevista**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2025. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de**



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. da. **A pesquisa**: repercussões de políticas públicas na escola e na sala de aula. [S. l.], [201-?]. Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Políticas_Educacionais_Neoliberais_e_Escola_Publica_-_uma_qualidade_restrita_de_educacao_escolar.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

WELBER, S. O Plano Nacional de Educação e a valorização docente: confluências do debate nacional. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/rk4wKJgNYZsdt5QdgSgkDwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2025.